

A POLIFONIA CONCEITUAL: CRÍTICA AO CONCEITO DE RESISTÊNCIA DA HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA (UNESCO)

Felipe Paiva ¹

Resumo: Passadas duas décadas desde a sua conclusão a *História Geral da África* aparece ainda hoje como o projeto mais ambicioso sobre a História do continente africano. A obra compreende a síntese de décadas de pesquisas realizadas por diferentes intelectuais de variadas matizes ideológicas. Levando em conta essa complexidade, o presente trabalho busca realizar uma análise do conceito de *resistência* como ele aparece na referida obra. Neste sentido, propõe-se que predomina um dissenso epistêmico entre os diferentes autores que tratam da resistência africana, caracterizando o que denominamos de Polifonia Conceitual.

Palavras-Chave: História da África. Resistência. Historiografia. Teoria da História.

Abstract: After two decades since its completion the *General History of Africa* still appears as the most ambitious project on the history of the African continent. The work comprises the synthesis of decades of research by different intellectuals of different ideological hues. Given this complexity, the present study attempts to perform an analysis of the concept of resistance as it appears in that work. In this sense, it is proposed that predominates epistemic disagreement between different authors dealing with African resistance, characterizing what we call Conceptual Polyphony.

Key Words: History of Africa. Resistance. Historiography. Theory of History.

Na vida dos conceitos, há um momento em que eles perdem a sua inteligibilidade imediata e, como todo termo vazio, podem carregar-se de sentidos contraditórios. (Giorgio Agamben, Homo Sacer).

A *História Geral da África* mostra-se ainda hoje - exatos vinte anos após sua conclusão - como o projeto mais ambicioso sobre a história do continente africano. Debruçar-se criticamente sobre ela é mais do que realizar uma recensão, pois se trata de ter em mãos a síntese de décadas de estudos de diferentes intelectuais com variadas tendências ideológicas e de diversas áreas do conhecimento. Contribuíram para a obra historiadores, eminente maioria, como antropólogos, sociólogos, demógrafos, cientistas políticos, críticos literários, economistas e arqueólogos. Considerando tal complexidade, o presente artigo intenta realizar uma análise do conceito de *resistência*, tal como ele aparece na *História Geral da África*. Neste sentido, propõe-se que predomina na obra um dissenso epistêmico entre os diferentes autores que

¹ Mestrando em História Social, Universidade Federal Fluminense (UFF). Endereço eletrônico: paiva.his@gmail.com.

tratam da resistência africana. A multiplicidade de tendências teóricas e ideológicas entre os autores que compõem a obra acaba desembocando em igual multiplicidade conceitual no tocante à definição da resistência. A *História Geral da África* mostra-se, dessa forma, como um espaço habitado por múltiplas vozes, cada uma delas representando uma tendência na definição da resistência africana, estabelecendo-se, portanto, uma *polifonia conceitual*.

Polifonia é uma noção originada da música, significando “vozes múltiplas”, isto é, “quando a música possui duas ou mais linhas melódicas (i.e., vozes ou partes) que soam simultaneamente”. A polifonia distingue-se da monofonia (voz única), cuja melodia é acompanhada no mesmo ritmo por outras vozes ou partes. Entretanto ambas não são mutuamente excludentes, apesar de distintas podem coabitar um mesmo espaço musical (SADIE, 1994, p. 733).² Assim, propõe-se que existe uma monofonia terminológica na *História Geral da África*, pois *resistência* é um termo comum na análise da maioria dos capítulos que compõem a obra. Contudo, não existe consenso na definição desse termo, desembocando na polifonia conceitual.

Contexto geral

Para plena apreensão do alcance da coleção *História Geral da África* (doravante, HGA) é importante, inicialmente, ter em conta sua cronologia. O projeto iniciou-se em 1965 com o preparo do *Guia das Fontes da História da África*, publicado em nove volumes até 1969. A etapa seguinte, de 1969 a 1971, foi consagrada ao detalhamento e articulação do conjunto da obra e a posterior definição dos autores responsáveis pelos capítulos específicos. O primeiro volume foi publicado em 1981 e o último em 1993. O projeto, em suas diferentes etapas, esteve sob os auspícios da UNESCO.

O conceito de *resistência* é utilizado na HGA nos volumes VII e VIII. O primeiro intitulado *África sob Dominação Colonial* e o segundo *África desde 1935*.³ Esses volumes serão os objetos centrais da análise, por ser neles que a ideia de resistência apresenta-se como um conceito fundamental para a análise da história africana durante o período colonial.

² Empréstimos transdisciplinares muito mais complexos da noção de polifonia já foram feitos no campo da Teoria Literária por Bakhtin e mais recentemente a noção foi utilizada por Barros para definir sua ideia de “devir histórico”. Para mais, consultar: BAKHTIN, 2010, p. 1-51; BARROS, 2011, p. 293-294.

³ Isso não exclui a inserção de *resistência* ao vocabulário de análise nos volumes predecessores, especialmente o II e III nos capítulos em que os autores se debruçam sobre as invasões romanas no norte da África. Entretanto, é somente nos volumes VII e VIII que *resistência* mostra-se como a categoria estruturante dos trabalhos. Para mais, consultar: MOKHTAR, 2012; FASI; HRBEK, 2012.

Estabelece, dessa forma, tanto uma tipologia de iniciativas e reações africanas anticoloniais, como uma temporalidade própria a estas iniciativas e reações. Ao correr da *HGA*, inúmeros estudiosos tentam estabelecer essas categorias e cronologias. Os volumes *VII* e *VIII* vieram à luz somente em 1985 e 1993 respectivamente, data das primeiras edições em Inglês, tendo sido planejados e escritos entre os anos 1960 e 1990. O contexto em que a obra foi planejada e executada inclui uma variedade considerável de conjunturas.

Entre os anos de 1960 e 1970, por exemplo, ainda estavam em curso algumas das guerras africanas de libertação nacional, a exemplo das então colônias portuguesas – Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. Já nos anos 1980 e 1990 praticamente todas as nações africanas encontravam-se independentes e mergulhadas em problemáticas pós-coloniais: regimes autoritários, guerras civis, golpes de Estado.⁴ Essa diferença de conjunturas explica em parte a diversidade conceitual que a ideia de resistência tomou na *HGA*. Quando o conceito começou a ser amplamente utilizado, em meados dos anos de 1960⁵, havia uma necessidade premente de colocar os conflitos de libertação em uma perspectiva mais ampla e destacada ao mesmo tempo em que também se fazia necessário devolver ao africano o caráter de agente da sua própria história.

As escolhas terminológicas da *HGA* estavam, dessa forma, intimamente relacionadas ao entorno político do momento. Em uma das atas, datada de 1977, de reunião do comitê científico responsável pela preparação da obra, são feitas referências importantes acerca dessas escolhas terminológicas para o volume *VII*. As opções conceituais são empreendidas na tentativa de superar os clichês da historiografia colonial e demonstrar o papel central das ações anticoloniais africanas. Ações estas vistas em um passado recente como “sanguinárias” e “irracionais”, ou mesmo que sequer existiam, sendo o sujeito africano caracterizado como passivo frente à iniciativa colonial.⁶

⁴ Como ressalta Ali Mazrui: “Os casos, porém, de sucessão política resultantes de um golpe militar de Estado foram, de longe, os mais frequentes. Acima de setenta golpes de Estado ocorreram no continente desde a independência, em sua maioria ao norte da linha do equador”. O caso da Nigéria é bastante ilustrativo dessa situação. A taxa de assassinato de chefes de Estado neste país foi de 50% até meados dos anos de 1980 (MAZRUI, 2012).

⁵ Apesar de a primeira aparição, com referência à História da África que conseguimos encontrar, datar dos anos de 1920 em: NORMAN, 1924.

⁶ Não é preciso ir muito longe, no tempo ou no espaço, para comprovar a utilização dos clichês coloniais por parte de certa historiografia. Em 1961, portanto no mesmo contexto em que a *HGA* é idealizada, o canadense Richard Patte publica por uma editora brasileira sua tese de doutoramento na qual trata sobre as incursões militares portuguesas em solo africano. Estas incursões dariam provas da “tenacidade e *resistência* [sic] portuguesa” que mostrava a “capacidade especial que lhes serviram tão admiravelmente em diversas circunstâncias da sua tormentosa história: a de ficar quando todas as vantagens aparentes e razoáveis aconselham

A escolha em enfatizar terminologicamente a resistência mostrava-se como um caminho possível para a superação destes estereótipos negativos. Assim, lê-se na ata citada que seria conveniente, para os autores que iriam compor o volume, descartar “toute expression qui perpétuerait le vieux cliché de la ‘passivité africaine’ ou l’éternelle référence aux ‘initiatives européennes’ et aux ‘réactions africaines’ à cette époque”.⁷ Muryatan Barbosa sintetiza essa tendência ao afirmar que é através do conceito de resistência que o sujeito africano se firma na historiografia ressurgindo como personagem que resiste à colonização europeia (BARBOSA, 2012 p. 119). A análise pelo viés da resistência mostrava-se uma forma de reinsserir o papel de agente da história ao africano, sendo a partir de então a resistência estabelecida como vetor analítico, com suas tipologias e marcos temporais próprios. O fato problemático é que ao correr da *HGA*, vários autores tentaram estabelecer categorias e cronologias diferentes para a resistência.

Considerando, por outro lado, a trajetória da historiografia africana é possível afirmar que durante o período de redação do volume *VII* - anos 1960 e 1970 -, a mesma estava dominada por estudos sobre a resistência africana ao imperialismo europeu e ao domínio colonial (VAIL; WHITE, 1986, p. 193). Como salientam Leroy Vail e Landeg White: “The rise of mass nationalism in postwar Africa led historians to ransack the past for earlier leaders who might have served as role models for the anti-colonial struggle, and resistance became nationalism’s historical dimension” (VAIL; WHITE, 1986, p. 193). Nesse período a onda de conflitos libertadores levou, em grande medida, os historiadores a explicarem tais conflitos recorrendo ao passado, realçando o africano como agente de sua própria história, e, portanto, resistindo à influência Colonial mais efetiva, já a partir de finais do século XIX.

A ideia central neste momento era estabelecer laços entre um primeiro momento de resistência datado entre fins do século XIX e início do XX, e um segundo momento datado na segunda metade do século XX em que se fazem presentes reivindicações de cunho nacionalistas e revolucionárias. Todavia, na data da publicação do volume *VIII*, em 1993, a ideia de resistência havia perdido muito de sua importância nas análises então em curso, em virtude dos diferentes problemas de ordem política - em especial os golpes e contragolpes de Estado - que tiveram lugar nas jovens nações africanas recentemente independentes. Com

a partida”. Assim, com o colonialismo a África deixava de ser “*terra de ninguém*, sujeita inteiramente aos caprichos e vontade dos indígenas” (PATTE, 1961, p. 259, 295). Os grifos são meus).

⁷ UNESCO. *Septième réunion du bureau du Comité Scientifique International pour la rédaction d’une Histoire Générale de L’Afrique*. Paris, 18 – 29 de julho de 1977. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0003/000324/032484ed.pdf>.

efeito, em meados dos anos de 1980 e 1990, outro consenso se firmava: o de que conceitos como o de resistência – bem como seu oposto: colaboração - ⁸, mostravam-se categorias de fraco poder analítico. ⁹

A própria *HGA* aparece no compasso de dois tempos distintos, o primeiro de conflitos de libertação nacional em larga escala associados à resistência para explicá-los; e o segundo, quando para uma parcela da historiografia, a complexidade e a especificidade das independências nacionais passaram a serem fatores que desqualificavam a importância conceitual da resistência.

A resistência enquanto axioma

Para o desenvolvimento da ideia de resistência enquanto aporte conceitual foi preciso, dentro do projeto da *HGA*, torná-la um fenômeno africano global, isto é, houve uma generalização da ideia de resistência. Passava-se a encarar a resistência enquanto um fenômeno que não precisaria de confirmação, transformando-a, assim, em afirmativa necessária para principiar a pesquisa, portanto um axioma. Entretanto, por esse viés a experiência concreta poderia ficar refém de um modelo teórico já estabelecido, o que acabaria ferindo o próprio estatuto epistêmico do conhecimento histórico, qual seja, segundo Gadamer; que esse conhecimento não é constituído pelos “fatos extraídos da experiência e posteriormente incluídos em uma referência axiomática”, mas antes seu próprio alicerce é a historicidade interna da própria experiência (GADAMER, 2007, p. 300). Os conceitos históricos, por isso, devem declinar da experiência histórica e não o contrário.

Dessa forma, transformar a resistência - algo que de fato fez uma historicidade interna de determinada experiência - em um axioma seria desastroso, pois retiraria sua originalidade e validade teórica. Apesar disso a resistência acabou sendo estabelecida de forma axiomática na *HGA* sendo preciso somente comprová-la empiricamente e demonstrar, quando possível, suas diferenças locais e regionais. Assim ao menos argumenta Terence Ranger, um dos autores que procuram definir o uso do conceito no volume *VII* da *HGA*:

⁸ “Colaboração” é um conceito usado para conotar a convivência com o colonialismo por parte de africanos.

⁹ (VAIL; WHITE, 1986, p. 194). Vail e White datam o declínio do conceito em finais da década de 1960, quando, ao que parece, levando-se em consideração a *HGA*, mas também outras publicações, ocorre o seu apogeu.

Em resumo, praticamente todos os tipos de sociedade africana resistiram, e a resistência manifestou-se em quase todas as regiões de penetração europeia. *Podemos aceitar isso como um fato que não mais precisa de demonstração.* Cumpre-nos agora passar da classificação para a interpretação; em vez de nos restringirmos à tarefa de provar que houve resistência, cabe-nos determinar e explicar os diversos graus de intensidade em que ela ocorreu. Historiadores de certos territórios nacionais têm-se preocupado em comprovar a existência de movimentos de resistência nessas áreas, relacionando-os à tradição de oposição local. Ora, isso é sempre possível, já que *houve resistência em praticamente todo lugar.* Essa visão parcial, contudo, pode ocultar o fato de que *a resistência apresenta gritantes diferenças de intensidade de uma região para a outra.* [...]. Faltam-nos, é certo, estudos regionais comparativos mais precisos (RANGER. 2010, p. 54) Grifos meus.

Dessa forma, no escopo do volume VII da HGA resistência e rebeliões localizadas, ocorridas entre finais do século XIX e as três primeiras décadas do XX, são tratadas enquanto categorias analíticas distintas, ao menos no plano teórico. Entretanto, nos capítulos que vieram a público, ambas são muitas vezes tratadas como sinônimas ou complementares, sendo que as rebeliões localizadas são apresentadas como subproduto do fenômeno da resistência. Assim ocorre na categorização mais geral proposta por Allen Isaacman e Jan Vansina, segundo a qual a resistência poderia variar entre: 1) oposição ou confronto na tentativa de manter a soberania das sociedades autóctones; 2) resistência localizada na tentativa de atenuar abusos específicos do regime colonial; 3) rebeliões destinadas à destruição do sistema estrangeiro que havia gerado tais abusos (ISAACMAN; VANSINA, 2010, p. 192).

Entretanto, Ali Mazrui no oitavo volume da HGA propõe uma tipologia diversa para a resistência. Mazrui tenta definir *tradições* de iniciativas anticoloniais. As respectivas tradições seriam: a guerreira; a vinculada ao *Jihad* – a “guerra santa” islâmica -; a do radicalismo cristão; da mobilização política não violenta e, por fim; a tradição da estratégia de luta armada pela libertação. A *tradição guerreira de resistência* estaria ligada, segundo Mazrui, à noção de *resistência primária*. Neste sentido, o termo *primária* teria tanto uma acepção cronológica quanto cultural, para designar as resistências armadas ocorridas no início da colonização e aquelas ocorridas em outros contextos, mas que guardassem semelhanças com estas.

A *tradição de Jihad* estaria vinculada àquelas manifestações de oposição anticolonial em que o islamismo fosse o motor das manifestações. O substrato religioso também é utilizado para definir a *tradição do radicalismo cristão*. Já a *tradição de resistência pela não-violência* estaria intimamente associada à influência ideológica em solo africano da doutrina de Mahatma Gandhi e da luta anticolonial da Índia.¹⁰ Finalmente, a última destas tradições, a

¹⁰ Cabe lembrar que a doutrina da não-violência, ou resistência passiva, é desenvolvida por Liev Tólstoi, sendo assimilada e revista posteriormente por Gandhi. Ambos trocaram intensa correspondência e Gandhi escreve a Tólstoi sobre os acontecimentos da luta anticolonial na África do Sul e sobre o uso da resistência passiva nesta.

da *estratégia de luta armada pela libertação* seria aquela realizada nos moldes das revoluções modernas, incluindo ações de guerrilha e sabotagem, e organizada em torno de movimentos sociais politizados, partidos e/ou sindicatos, com a presença de um forte discurso nacionalista (MAZRUI, 2012, p. 134 – 145).

Há uma dissonância entre as definições de Mazrui e as de Isaacman e Vansina. Mazrui mostra-se muito mais preocupado em homogeneizar a resistência, enquanto Isaacman e Vansina procuram tão somente demarcar as diferenças na projeção que essa resistência tomou. Entretanto, persiste em ambas as definições o tom axiomático e mesmo essencialista evocado na fala anterior de Ranger, segundo a qual, não seria mais preciso comprovar se houve resistência, mas tão somente estabelecer quais dimensões ela tomou e, portanto, que categorização lhe atribuir.

Como resultado têm-se tipologias artificialmente demarcadas e que confundem atributos. Essa crítica se estende muito mais à conceituação feita por Mazrui do que àquela empreendida por Isaacman e Vansina, que se pretende mais concisa e coerente, já que se limita somente a tipificar a resistência de acordo com seu grau organizativo, isto é, se limita a uma tipologia baseada em um único atributo: a projeção e organização das iniciativas anticoloniais. De modo diverso, Mazrui propõe definições da resistência que acabam confundindo atributos e, por isso, mostra-se de difícil utilização enquanto aparato analítico. Quando fala, por exemplo, em *tradição guerreira*, em que se incluiriam sublevações nos anos iniciais da colonização, Mazrui não menciona esta mesma denominação – bastante vaga, frise-se - não exclui interfaces com o islamismo, isto é, com o que ele próprio chamou de *tradição de Jihad* ou com o cristianismo, ou o que chamou de *tradição de radicalismo cristão*.

As insurreições militares capitaneadas por Samori Touré em meados do século XIX – logo, nos anos iniciais da colonização - seria um exemplo de insurreição armada – portanto “guerreira”. Entretanto, Touré está vinculado à linhagem dos *Almamys* da África Ocidental, imperadores que se fizeram valer da ideia de *Jihad* para consolidação de seu Império (SILVA, 2010, p.10-16). Da mesma forma, Melenik II e sua armada imperial etíope - que expulsou a primeira invasão italiana garantindo a independência do Império Etíope frente às potências coloniais europeias -, seria outro exemplo, vinculado, porém, ao cristianismo.

O velho escritor russo mostrou-se solidário com a causa do jovem ativista indiano. A correspondência só foi interrompida pela morte de Tólstoi. Parte da correspondência encontra-se traduzida em: (RABELLO, 2008, p. 85-113).

Outros casos particulares como o do Egito ajudam a problematizar ainda mais essa definição de Mazrui. O processo de luta anticolonial no Egito foi realizado em torno das forças armadas, podendo ser assim encaixado na “tradição da luta armada pela libertação nacional”. Entretanto, em sua filosofia revolucionária Gamal Abdel Nasser, principal nome do processo de libertação nacional egípcio, inseria o Egito em três zonas de influência. A primeira dessas zonas seria definida culturalmente, e estaria vinculada à cultura árabe; a segunda seria geopolítica e diria respeito ao continente africano e às demais lutas nacionalistas que se desenvolviam ao sul e ao norte do Saara e, por fim, viria o círculo islâmico. Tal círculo se estenderia, nas palavras de Nasser, “para lá dos continentes e oceanos. Chama-lo-ei (*sic*) o círculo dos nossos irmãos que, onde quer que se encontrem, se voltam, como nós, na direção da Meca, e rezam as mesmas orações” (NASSER, 1963, p.116, 117).

Nesse caso específico a tipologia sugerida por Mazrui mostra-se também incipiente para dar vazão à complexidade do contexto. Os elementos islâmicos – da “tradição da *Jihad*” –, convivem com os elementos do moderno discurso nacionalista e pan-africano remetente à “tradição de luta armada pela libertação”. Tal fato ajuda a demonstrar que os atributos temporais e organizativos da resistência se misturam na definição proposta por Mazrui. Uma solução para romper esse impasse seria argumentar que uma tradição não exclui a outra. Todavia, a forma como Mazrui utiliza o conceito de “tradição” conota uma ideia de linearidade e homogeneidade que impede uma interpenetração entre suas propostas de “tradições da resistência”. Está-se sempre diante de uma trajetória retilínea e uniforme.

Dessa forma, parece mais útil, por exemplo, pensar em termos de *resistência religiosa*, se for para se referir ao papel que o islã ou o cristianismo tiveram na mobilização contra o jugo colonial, do que em uma *Tradição*. O próprio cristianismo, assim como o islã, é demasiadamente plural na África para ser colocado em uma definição homogênea e linear. O discurso cristão ortodoxo de Menelik II está longe de ser o mesmo do cristianismo não-confessional do líder da independência de Gana, Kwame N’Krumah, por exemplo.¹¹

As trajetórias de resistência são diversas e multilíneas, o que impede colocar no singular – *tradição* - algo que tem uma manifestação substancialmente plural. É preciso levar em consideração inúmeras variáveis espaço-temporais para afirmar qual foi o *leitmotiv* desta ou daquela iniciativa anticolonial. Igualmente problemático, é a utilização de termos vagos como *guerreira* para caracterizar um dos possíveis tipos de iniciativas anticoloniais. Tratam-

¹¹ N’Krumah, afirmava ser simultaneamente um “marxista-leninista e cristão sem confissão, não vejo aqui nenhuma contradição” (apud MAZRUI; WONDJI, 2010, p. 139).

se, em última análise, de categorizações globais e mesmo axiomáticas, estabelecidas muito mais como esquema sociológico abstrato do que como aparato analítico passível de ser dialeticamente utilizado em um contexto histórico específico. Partindo-se do pressuposto de que houve resistência trata-se posteriormente somente nomeá-la segundo as preferências do próprio historiador.

Na verdade isso perpassa uma questão de fundo que deve ser considerada: ao teorizar sobre a resistência estamos tratando de uma *práxis* que antecede à *teoria*. A prática de resistir antecede qualquer teorização abstrata sobre a resistência. Colocando a questão nos termos gerais sugeridos por Slavoj Žižek: se há uma teoria da resistência ela é “em seu aspecto mais radical a teoria de uma prática fracassada” (ŽIŽEK, 2009, p. 21). Por este motivo, esquemas são sempre problemáticos por tangenciarem uma coisificação dessa prática.

A prática, entretanto, não é estática, ao contrário, ela envolve determinada ação e por isso só pode ser corretamente apreendida enquanto processo. A resistência é antes de tudo um processo, multilinear e heterogêneo em suas formas e em seus conteúdos. Qualquer tentativa de homogeneização conceitual que se faça não pode dar conta dessa dinâmica processual. Para tornar a resistência um conceito passível de utilização em contextos históricos específicos é preciso pôr em diálogo o conceito global com as experiências locais. Problematizando essa relação entre o conceito axiomático global e as experiências locais aparece, no volume VII, a proposta de Elisha Stephen Atieno, talvez a tentativa de conceituação da resistência mais original na HGA por fazer o esforço de colocar em diálogo o conceito teórico global com uma experiência e prática concreta de resistência.

Em sua tentativa de definir o que foi a oposição ao colonialismo, Atieno utiliza um novo termo: *Siasa*. Palavra de origem kiswahili, *siasa* significa, segundo Atieno, simultaneamente oposição, reivindicação, agitação e ação militante, compreendendo assim as ações desenvolvidas tanto por grupos organizados como iniciativas espontâneas e individuais. Os agentes da *siasa* são chamados *Wanasiasa*, do singular *mwanasiasa*. Já para as autoridades coloniais *siasa* era sinônimo de “agitação” e *Wanasiasa* de “agitadores”. O simplismo da definição colonial tendia a camuflar toda a complexidade da ideia de *siasa* e seus diversos níveis de atuação, que ia da simples “agitação” até formas mais organizadas de oposição (ATIENO, 2010, p. 757).

Atieno propõe *siasa* como um conceito que ligue a resistência enquanto fenômeno global e suas expressões mais organizadas e bem delineadas do ponto de vista ideológico com

aquelas experiências de caráter mais local e pouco organizado. Nesse contexto insere-se desde a manifestação política autorizada pela própria metrópole até os “comícios provocadores sobre as colinas e os treinamentos bélicos nas florestas”, de maneira que, continua Atieno,

Um problema local podia ser apresentado simultaneamente em dois níveis ou mais, sendo escolhido para intervenção aquele que parecesse aos articuladores, no momento considerado, o mais sensível às pressões. A *siasa* representa, portanto, uma consciência coletiva dos malefícios do sistema colonial em dado lugar e momento. O termo abrange ao mesmo tempo a consciência de clãs, de nacionalidades e de classes sociais. As atividades políticas a que se dedica este capítulo embasavam-se, portanto, numa consciência de grupo concreta. Eram atividades de massa. Cada movimento exigia um chefe, mas eram as massas que o formavam, sendo os dirigentes apenas a vanguarda. [...]. E, de acordo com o nível e o terreno de intervenção escolhidos, algumas dessas atividades foram mais tarde classificadas como manifestações de nacionalismo (ATIENO, 2010, p. 759).

A noção de *siasa* tem o mérito de buscar empregar uma terminologia original para o estudo da reação anticolonial empregando uma semântica própria para a questão, semântica esta advinda da própria prática da resistência. Todavia, a *siasa* parece implicar, porém, na dissolução diferencial entre resistência, enquanto fenômeno global e ações localizadas. Além disso, têm-se o aspecto da restrição local do termo, pois o que se ganha em originalidade se perde também em capacidade de generalização teórica. Ponto problemático é quando a historiadora aponta a *siasa* como predecessora/sinônima de nacionalismo. Há nesse aspecto do argumento de Atieno a manifestação da tendência geral da *HGA*, um dos poucos pontos de consonância da obra, em tratar a resistência como predecessora, e, em alguns casos, fenômeno sinônimo do posterior nacionalismo africano dos anos pós-Segunda Guerra Mundial, quando da eclosão conflitos de libertação nacionais.

É dessa forma que Albert Adu Boahen estabelece a sua cronologia básica da resistência africana: o primeiro período iria de 1880 a 1919 compreendendo as fases da conquista e da ocupação. O segundo período iria de 1919 até 1935, sendo este momento o de adaptação. Por fim, a partir de 1935 seria o período dos movimentos de independência. As estratégias de resistência em cada um dos períodos variariam entre o confronto, a aliança e mesmo a submissão incluindo até mesmo aspectos do que outrora se via como “colaboração” ao colonialismo (BOAHEN, 2010, p. 19). Dessa forma, considerada axioma teórico e fenômeno global, ou reformulada linguisticamente em seus contornos locais através da noção de *siasa*, a resistência é apresentada pela primeira vez por Albert Adu Boahen, editor do volume, através da questão chave: “Qual foi a atitude dos africanos perante a irrupção do colonialismo, que traz consigo tão fundamental mutação na natureza das relações existentes

entre eles e os europeus nos três últimos séculos?”. A resposta, afirma Boahen, é “clara e inequívoca”, pois:

[...] na sua esmagadora maioria, autoridades e dirigentes africanos foram profundamente hostis a essa mudança e declararam-se decididos a manter o *status quo* e, sobretudo, a assegurar sua soberania e independência, pelas quais praticamente nenhum deles estava disposto a transigir, por menos que fosse (BOAHEN, 2010, p. 3 – 4).

São traçadas dessa maneira as linhas mestras que serão seguidas por muitos dos capítulos seguintes do sétimo volume da *HGA*, isto é: a manutenção do modo de vida tradicional frente à emergência do colonialismo e a resistência às mudanças sociais e culturais que ele implicava, ressaltando o papel das elites tradicionais como defensoras do *status quo* pré-colonial. É assim que emergem no texto de Boahen as vozes de Prempeh I, rei dos Ashanti; Wogobo, o *Moro Naba* dos Mossis; Lat-Dior, o *Damel* de Cayor e Menelik II, imperador da Etiópia. Nas palavras deste último: “Os inimigos vêm agora se apoderar de nosso país e mudar nossa religião [...]. [...]. Com a ajuda de Deus, não *lhes entregarei meu país* [...]. Hoje, que os fortes *me emprestem* sua força e os fracos *me ajudem* com suas orações” (BOAHEN, 2010, p. 5). Declarações como essas são, nas palavras de Boahen, as “respostas textuais *dos homens* que tiveram de fazer frente ao colonialismo: elas mostram, incontestavelmente, sua determinação em opor-se aos europeus e em defender sua soberania, sua religião e seu modo de vida tradicional” (BOAHEN, 2010, p. 5).

A identificação da resistência africana com os líderes tradicionais mostra-se clara tanto na passagem do próprio Menelik II como no julgamento histórico de Boahen. A palavra de ordem do imperador etíope é extremamente personalista, se dirigindo no singular contra os inimigos vindos da Europa: “não entregarei *meu país*”. Da mesma forma, Boahen também personaliza a resistência, afinal são “as respostas textuais *dos homens* que tiveram de fazer frente ao colonialismo”. Além de personalista o tom é claramente masculino. A resistência, encarada como conflito direto de duas forças é também personificada na imagem do líder, o herói, tendo nesse momento - especialmente no que se refere ao volume *VII* da *HGA* - a questão da participação feminina pouquíssimo peso. As figuras pessoais dos líderes – homens, todos eles - africanos são tratadas como o ponto aglutinador das iniciativas anticoloniais. Parafraseando Chinua Achebe é possível afirmar que as histórias contidas na *HGA* são quase sempre “histórias masculinas de violência e sangue” (ACHEBE, 2012, p. 72).

Entretanto, é verdade que há passagens que destoam um pouco dessa tônica pessoal e masculina da resistência. M'Baye Gueye e Boahen, ao tratarem da resistência no reino Abomey (também conhecido como Dahomey) salientam, ainda que de forma diminuta, o papel feminino nas iniciativas anticoloniais. Os autores relatam que o então rei do Abomey, Behazin, decidiu recorrer à estratégia de confronto para “defender a soberania e independência do *seu* reino”, então mobilizou suas tropas, que eram formadas pelas “Amazonas, guerreiras muito temidas” (GUEYE; BOAHEN, 2010, p. 143). Na verdade, a guarnição das Amazonas era a ponta de lança da armada de Abomey, sendo a principal parte desta.¹²

Apesar de tudo ainda persiste a ênfase nos tons pessoais e no caráter másculo da resistência. As Amazonas de Abomey só são referenciadas, mesmo *en passant*, por assumirem uma prática que em toda a *HGA* é predominantemente masculina. Talvez não haja exagero em afirmar que elas próprias são representadas em termos masculinos. A ênfase também recai na figura pessoal de Behazin e em sua ação para defender o *seu* reino da invasão europeia. É claro que por ser a síntese de toda uma geração de pesquisadores que se debruçaram sobre a resistência essa crítica se estende em maior ou menor medida a outros trabalhos anteriores ou contemporâneos da *HGA*.

Dessa forma, em linhas gerais o tradicionalismo africano é tratado como oposto à modernização europeia pós-revolução industrial, e, portanto, resistente a ela. É tendo em vista essa dicotomia, entre a modernidade invasora e a tradição resistente, que Boahen apresenta a questão principal que norteia os estudos contidos na *HGA*: “Quais foram as iniciativas e as reações dos africanos em face da consolidação do colonialismo e da exploração do seu continente?” Segundo ele, a resposta exigia uma mudança de perspectiva radical para com a historiografia colonial.

Coube a Joseph Ki-Zerbo ainda no primeiro volume da *HGA* estruturar teoricamente essa mudança de perspectiva, enfatizando ser uma exigência imperativa que a história da África fosse enfim “vista do interior, a partir do pólo [*sic*] africano, e não mais medida permanentemente por padrões e valores estrangeiros”. Tratava-se de uma verdadeira “revolução copernicana [*sic*], que seja *primeiramente semântica* e que, sem negar as exigências da ciência universal, recupere toda a corrente histórica desse continente, em novos

¹² Para mais informações sobre as guerreiras de Abomey, ver: (ALPERN, 1998).

modelos” (KI-ZERBO, 2010, p. LII – LIII). Essa revolução semântica transparece no uso de novos conceitos e na rejeição de outros tributários da historiografia colonial.

Dentro dessa perspectiva dava-se primeiramente ao conceito de resistência um alto relevo na tela do colonialismo, corrigindo assim a pretensa passividade com a qual os africanos receberam a colonização, ideia esta tão cara à historiografia colonial e, por outro lado, rejeitava-se o conceito de *colaboração*, dessa mesma historiografia. Este último conceito conotava o apoio de certos líderes ao colonialismo europeu. Dentro do projeto da *HGA* a aparente dicotomia entre resistência e colaboração é tanto mecânica como pouco convincente. Para reforçar essa tese, Boahen compara o período colonial com o do tráfico atlântico de escravos:

Certamente que houve ganhadores e perdedores [entre os africanos] durante o tráfico de escravos, mas, desta vez, não havia ganhadores. Os assim chamados colaboradores, tal qual os que resistiram, acabaram por perder, e é interessante notar que são lembrados, tendo se tornado fonte de inspiração para os nacionalistas de hoje (BOAHEN, 2010, p. 15).¹³

Entretanto, a ânsia de rejeitar a oposição entre “colaboração” e “resistência” acaba reforçando binômios muito mais profundos e expressivos que se fazem presente ao longo de toda a *HGA*. Tal como argumentou Frederick Cooper, a historiografia da resistência raramente escapa da “visão dicotômica característica da ideologia colonial, gerada pela oposição do colonizador civilizado e do colonizado primitivo”. Assim, continua Cooper: “O risco de explorar o binário colonial está na sua redução, seja através de novas variações dicotomias (o moderno *versus* o tradicional), seja pela inversão (o imperialista destruidor *versus* a tolerante comunidade de vítimas)” (COOPER, 2008, p. 22, 23).

Nessa lógica colonial cercada por binômios e em que subjazem alguns aspectos da historiografia africana da resistência um fator emerge como fundamental enquanto meio de definição teórica da resistência: o capitalismo. O capitalismo é visto como um fator essencial para o entendimento do desencadear das iniciativas anticoloniais africanas. Tal acontece, pois são nas relações de produção e reprodução do sistema capitalista que tanto o imperialismo como o colonialismo convergem como ideologias e formas de organização socioeconômicas que suscitam reações e iniciativas contrárias dos africanos.

¹³ A comparação entre o período colonial e o de tráfico atlântico de escravos é bastante problemática. Samir Amin, por exemplo, argumenta que a resistência ao escravismo é mais autêntica do que a resistência anticolonial. Para mais informações, ver: (AMIN, 1972, p. 105, 122).

Capitalismo e resistência

Dessa forma, também a perspectiva do olhar sobre o tema até então apresentado como a *partilha europeia da África* sofre uma mudança de enfoque ¹⁴, desembocando no que Godfrey N. Uzoigwe chamará de *Teoria da dimensão africana*. Basicamente a ideia de Uzoigwe é a de que além dos fatores externos foi especialmente a resistência que precipitou a ação colonial efetiva. A *Teoria da dimensão africana* leva em consideração tanto os fatores europeus como os africanos pela complementariedade existente entre eles. Essa tese rejeita a

[...] ideia de que a partilha e a conquista eram inevitáveis para a África, como dado inscrito na sua história. Pelo contrário, considera-as a consequência lógica de um processo de devoração da África pela Europa, iniciado bem antes do século XIX. Admite que foram motivos de ordem essencialmente econômica que animaram os europeus e que a resistência africana à invasão crescente da Europa precipitou a conquista militar efetiva. Parece, de fato que a teoria da dimensão africana oferece um quadro global e histórico que explana melhor a partilha do que todas as teorias puramente eurocêntricas (UZOIGWE, 2010, p. 31)

Se, enquanto fator interno a *Teoria da dimensão africana* considera especialmente a resistência, como fator externo tende a privilegiar o avanço do sistema capitalista dentro do continente. O capitalismo aparece assim como elemento chave para a definição da resistência. Jon Abbink e Klass van Walraven afirmaram acertadamente que nesse momento considerava-se resistência qualquer coisa, “desde la disimulación al bandolerismo social, [...], el robo, los prófugos, la deserción, la migración y los disturbios, es decir, ‘cualquier actividad que ayudara a frustrar las operaciones del capitalismo’” (ABBINK; WALRAVEN, 2008, p. 17 - 18). Um dos principais nomes dessa linha, Allen Isaacman, argumenta que:

Ao contrário da resistência pré-colonial, cujo objetivo fundamental era a preservação da independência, a resistência oferecida pelos camponeses e operários em começos do século XX decorria diretamente dos esforços desenvolvidos pelos regimes para reforçar sua hegemonia e impor relações capitalistas, a fim de explorar os recursos humanos e naturais da África central (ISAACMAN; Vansina, 2010, p. 203).

Nessa leitura, talvez reducionista pelo viés econômico, a resistência é vista especialmente enquanto reação às consequências do capitalismo em África. Todo o choque entre africanos e europeus seria consequência em última análise da implantação desse modo

¹⁴ Essa abordagem não foi, entretanto, completamente abandonada por uma parcela da historiografia referente à África, a exemplo do recentemente publicado trabalho de (WESSELING, 2008).

de produção e às suas decorrências como o trabalho forçado, as migrações laborais forçadas, os impostos, etc. Segundo Martin Kaniki, responsável pela parte dedicada aos aspectos econômicos do colonialismo (juntamente com Walter Rodney e Coquery-Vidrovitch), a tributação, por exemplo, não foi desenvolvida com vistas a aumentar a receita pública, mas com o “objetivo de obrigar os africanos a se colocarem a serviço dos interesses do capitalismo internacional” (KANIKI, 2010, p. 455).

Em síntese, as colônias foram “integradas ao sistema capitalista ocidental, no contexto de um sistema econômico coerente de exploração colonial” (COQUERY-VIDROVITCH, 2010, p. 401), e, segundo Rodney, diante dessa tentativa de “destruição de sua independência econômica, os africanos respondiam com *violência*” (RODNEY, 2010, p. 377). Na argumentação de Rodney há um traço fundamental do pensamento de Frantz Fanon. Para Fanon a força motriz da descolonização seria justamente a violência: “*Le colonisé qui décide de réaliser ce programme, de s’en faire le moteur, est clair pour lui que ce monde rétréci, semé d’interdictions, ne peut être remis en question que par la violence absolue*” (FANON, 2010, p. 453). Dessa forma, violência e resistência são vistas de modo complementar como ações contra o capitalismo colonial-imperialista.¹⁵

Tal interpretação remete ao fato de que o desenvolvimento do capitalismo engendrou novas formas de resistências, tanto no nível da ação (as fugas do trabalho forçado, as retenções da produção da lavoura, a sonegação de impostos), quanto organizacional, especialmente com a formação dos sindicatos de operários, que acabaram em alguns casos pluralizando racial e étnicamente a resistência. Em muitos casos a resistência transpôs a barreira racial, sendo exemplares movimentos ocorridos na África do Sul. Neste sentido o fenômeno da resistência passa a ser muito mais complexo do que o binômio Branco (invasor colonizador)/Negro(colonizado resistente) pode fazer supor. Em áreas mais industrializadas com um nascente movimento operário a perspectiva de classe, por exemplo, acabava por ligar brancos pobres com negros. Em um trecho de panfleto lançado entre 1918 e 1920 na África do Sul a *International Socialist League* afirmava:

Trabalhadores brancos! Estão escutando o novo exército do trabalho em marcha? Os operários indígenas começam a despertar. [...] Trabalhadores brancos, não os repudiem!

¹⁵ Cabe frisar que a tendência a privilegiar os choques diretos, violentos, é geral na HGA. Naturalmente a tese de Fanon ressoou implícita ou explicitamente em vários outros trabalhos sobre a resistência africana e não só no estudo de Rodney.

Fiquem do lado dos trabalhadores, mesmo indígenas, contra os capitalistas, nossos patrões comuns (DAVIDSON; ISAACMAN; PÉLISSIER, 2010, p. 805).

Já em um panfleto anterior, intitulado *Apelo aos trabalhadores Bantu*, lia-se: “Que importa a cor da sua pele! Vocês pertencem às massas laboriosas do mundo inteiro. Daqui por diante, todos os assalariados fazem parte da grande confraria dos trabalhadores” (DAVIDSON; ISAACMAN; PÉLISSIER, 2010, p. 805). Dessa forma, é contrariado o binômio racial que aparece, ainda que de forma implícita na própria *HGA*. Trabalhos mais recentes têm criticado esse possível “racialismo” da resistência, por se centrarem demais nas reações do africano ao “homem branco”.¹⁶

Essa discussão inaugura o tema mais problemático quanto à reflexão sobre a ideia de resistência na *HGA*. Afinal, incluir os sindicatos e os operários como expressões de resistência seria romper com o vínculo entre manutenção do *status quo* da tradição e resistência. Da mesma forma, mais problemático ainda seria incluir entidades como a citada *International Socialist League* na resistência. Isso porque a organização estava filiada a uma ideologia que, para todos os efeitos, tem sua origem na Europa moderna pós-revolução industrial e não na África “tradicional”. Trata-se agora de admitir, a continuidade da *Era Clássica da resistência*, que compreende os fins do século XIX e início do XX, com as oposições anticoloniais posteriores, transpondo-se assim da ênfase no *status quo* da tradição e nas figuras pessoais dos chefes tradicionais, para organizações de feições modernas (sindicatos, partidos, etc.) e com um apelo mais coletivo. De fato, é forçoso concluir sobre a diversidade da concepção de resistência na *HGA*, pois enquanto alguns autores prezam o vínculo tradição-resistência outros enfatizam suas feições modernas.

Resistência e política

Coube a Terence Ranger levar a cabo a discussão sobre o caráter tradicional e moderno da resistência. Vale lembrar, mais uma vez, que a *HGA* foi formulada em plena onda de guerras de libertação nacional e que alguns movimentos nacionalistas “manifestadamente

¹⁶ Como argumentaram Abbink e Walraven em um estudo recente: “Un punto fundamental en la crítica a los primeros trabajos sobre el concepto de resistencia es que se centran en las reacciones de los africanos contra el hombre blanco o el colonialismo y no en su verdadero quehacer del desarrollo histórico”. O problema é que Abbink e Walraven não especificam concretamente em seu trabalho o que seja esse “verdadeiro que hacer del desarrollo histórico”, o que torna sua crítica aos primeiros estudos sobre a resistência - e, conseqüentemente, à alguns trabalhos da *HGA* - incompleta. (ABBINK; WALRAVEN; BRUJIN, 2008, p. 16).

se inspiraram nas lembranças de um passado *heroico*” (RANGER, 2010, p. 65). Os historiadores do projeto da *HGA* veicularam a ideia de resistência intimamente ligada ao nacionalismo revolucionário africano do século XX e, tal como muitos militantes deste último, buscaram traçar uma continuidade entre a fase da expansão colonial do final do séc. XIX e as guerras de libertação nacional.

A *HGA* se contrapõe, dessa forma, àquela parcela da historiografia que não vê ligação entre a resistência e as guerras de libertação encabeçadas por movimentos nacionalistas. Tal é o caso de Henri Brunschwig para quem a resistência estaria vinculada aos laços étnicos: “*La résistance, en effet, paraît intimement liée à l’ethnie. Et cette ethnie, si difficile à définir et si constante, pourrait bien être spécifique de l’Afrique noire*” (BRUNSCHWIG, 1974, p. 64), de forma que os movimentos nacionalistas estariam em outro plano organizativo em que as ideologias “importées d’Occident, et assez souples elles-mêmes, assez ambiguës pour pouvoir s’adapter aux peuples et aux circonstances”(BRUNSCHWIG, 1974, p. 61). Segundo Terence Ranger tal linha argumentativa parte da premissa de que o nacionalismo moderno é uma manifestação da tendência ao “centralismo da inovação e à adoção de grandes projetos”, o que significa que pertence “a uma tradição diametralmente oposta à da resistência” (RANGER, 2010, p. 66).

Outro autor a questionar tal vínculo é Edward Steinhart. Para ele, tratar as insurreições militares datadas dos anos iniciais do colonialismo como precursoras das guerras de libertação nacional seria dar legitimidade aos numerosos regimes autoritários que se instalaram em vários países africanos no pós-independência e consolidar uma espécie de “mito nacionalista autoritário”: “*Instead of examining anti-colonial resistance, protest and liberation movements through the distorting lens of nationalist mythology, we must create a better ‘myth’, one better suited to interpreting the reality of African protest*” (STEINHART, 1993, p. 362) Steinhart parece querer, afirma Ranger, “reivindicar a herança das resistências para a oposição radical ao autoritarismo nos novos Estados nacionais da África” (RANGER, 2010, p. 66). Para se contrapor a essas teses Ranger faz uso do trabalho de Allen Isaacman. Este último argumenta, partindo do caso moçambicano, que as lutas camponesas da *Era Clássica* acabaram por ser o germe da contestação que desembocaria na formação da FRELIMO (Frente de Libertação Nacional de Moçambique), um moderno movimento nacionalista que encabeçou a guerra de libertação:

A natureza do apelo, expressa em termos anticoloniais, e o alcance da aliança que este apelo tornou possível, sugerem que a rebelião de 1917 ocupou uma posição de transição entre as formas primitivas de resistência africana e as guerras de libertação de meados do século XX. [...]. A revolta de 1917 constitui a culminação da longa tradição de resistência zambeziana e simultaneamente se torna precursora da recente luta de libertação (ISAACMAN, 1979, p. 288, 290).

Essa percepção longa, linear e indiscutível de tal temporalidade acaba dando lugar a expressões que, aos olhos de hoje, tendem a parecer panfletárias, implicando o uso de adjetivos positivos para caracterizar os resistentes (como fez Ranger em citação acima, ao afirmar que as independências se inspiraram em um passado *heróico*), ou em passagens bastante categóricas como essa de Boahen e M'Baye Gueye: “Pouco importa, com efeito, que os exércitos africanos tenham sucumbido diante de inimigos mais bem equipados, se a causa pela qual os resistentes se imolaram resta viva no espírito de seus descendentes” (GUEYE; BOAHEN, 2010, p. 66). Essa forma de encarar a resistência acabava se conjugando ao entorno político do período de sua formulação. O próprio Isaacman abre sua obra com uma fala de Samora Machel, líder máximo da FRELIMO de então:

No curso do... processo histórico das guerras de conquista, o Povo Moçambicano sempre se bateu heroicamente... contra o opressor colonialista. Desde a resistência do Monomotapa à insurreição do Barué, a história moçambicana orgulha-se dos gloriosos feitos das massas na luta pela defesa da liberdade e da independência. A derrota da histórica resistência do Povo deve-se exclusivamente à traição das classes feudais no poder, à sua cobiça e ambição, que permitiram que o inimigo dividisse o Povo e o conquistasse (ISAACMAN, 1979, p. 6).

A argumentação de Isaacman contém, de forma perceptível, a mesma base ideológica do discurso de Machel. Entretanto, não se tratava somente de uma posição pessoal de Samora Machel, posteriormente absorvida por Isaacman. O antecessor político de Machel no comando da FRELIMO, Eduardo Mondlane¹⁷, argumentava que nos finais do século XIX e início do XX a resistência ativa havia sido esmagada com a derrota de Makombe, Rei do Barué, derrota esta também citada por Machel acima. Contudo, continua Mondlane, em meados dos anos de 1930, a administração colonial estendeu-se por todo o território moçambicano, destruindo, por vezes fisicamente, as estruturas tradicionais de poder. A partir desse momento,

¹⁷ Fundador e primeiro nome no comando da FRELIMO até ser assassinado em 1969, sendo substituído por Machel. É importante salientar que na altura em que fundou a FRELIMO Mondlane possuía uma sólida carreira acadêmica, sendo professor de Sociologia e História na Universidade de Syracuse – Estados Unidos. Sua obra talvez seja, por isso, a melhor ilustração do caráter ao mesmo tempo político e acadêmico do debate sobre a resistência.

[...] tanto a repressão como a resistência acentuaram-se. Mas o centro da resistência passou das hierarquias tradicionais, que se tornaram dóceis fantoches dos portugueses, para indivíduos e grupos – embora por muito tempo estes continuassem tão isolados nos seus objetivos e atividades como o haviam estado os chefes tradicionais (MONDLANE, 2011, p. 334 – 335).

A força dessa argumentação se fará sentir em toda a África, do Cairo à Cidade do Cabo, não sendo uma particularidade do caso Moçambicano. No Egito, Gamal Abdel Nasser escreverá que “é evidente que êsses [*sic*] germes [da contestação anticolonial] existem em nós desde o nosso nascimento, e que era uma herança das antigas gerações” (NASSER, 1963, p. 68). Já na África do Sul o então jovem líder político Nelson Mandela afirmava procurar inspiração nas histórias das guerras travadas pelos seus antepassados em defesa da pátria, vendo tais histórias não somente como parte das narrativas ancestrais, mas como uma forma de orgulho e glória da nação africana (MANDELA, 1965, p. 147). Estes pensadores-ativistas ecoavam, segundo Terence Ranger, em trabalho anterior à *HGA*, a resposta de muitos de seus ditos predecessores, encarados como mitos heroicos da resistência (RANGER, 1968, p. 445). De igual forma a historiografia não ficou imune a estes ecos.

É dessa forma que inúmeros capítulos do volume *VIII* da *HGA*, *África desde 1935*, argumentarão, na esteira da tese de Isaacman e das ideologias da libertação nacional, que a resistência armada do pós-segunda guerra tinha “raízes em uma época bem anterior” (DIOP ; MARGARIDO; et all, 2010, p. 81), de maneira que estaria cabalmente provado que as atividades nacionalistas ou anticoloniais “haviam começado desde a instauração do sistema colonial na África” (SURET-CANALE; BOAHEN, 2010, p. 196). Depreendem-se disso que as guerras de independências eram herdeiras diretas das iniciativas anticoloniais dos anos de 1800 ou mesmo lhes eram sinônimas, reforçando a linearidade do fenômeno da resistência.

Contudo, foram feitas outras leituras ainda mais problemáticas da resistência por parte de certos políticos nacionalistas africanos. O então chefe de Estado da Guiné-Conacri, Sekou Touré, por exemplo, neste mesmo período reclamava a ascendência materna de Samori Touré, o *Almamy* do império malinquê da África ocidental que se opôs militarmente à invasão imperialista francesa. Sekou Touré em vários momentos evocou a memória de seu suposto antepassado para criar consenso nacional e legitimar-se no poder. Tal consenso nacional era acompanhado por um forte discurso étnico malinquê instrumentalizado pelos órgãos de propaganda do partido. De acordo com Ibrahima Kaké, Sekou Touré apresentava-se como o descendente de Samori “escolhido pelos anjos” para vingar o *Almamy*, articulando, dessa

forma, seu poder político de chefe de Estado com o de portador de poderes sobrenaturais herdados de sua suposta linhagem imperial (KAKE, 1987, p. 21 – 22).

Criava-se para fins político-pragmáticos, não mais puramente teóricos ou historiográficos, o vínculo entre as insurreições armadas de finais do século XIX e a política nacionalista então corrente, não havendo necessariamente oposição direta entre o discurso nacionalista e o vínculo étnico ou entre organizações políticas modernas e modelos de hierarquias ancestrais, o que ajuda a desconstruir a tese de Brunschwig, segundo a qual seria característica específica da resistência estar vinculada aos elementos étnicos, ao contrário do moderno nacionalismo de massas.

Esse uso estritamente político da resistência para a legitimação da unidade nacional, tendo por base elementos étnicos, identifica-se com o conceito de “tradições inventadas”, desenvolvido por Eric Hobsbawm em coletânea organizada conjuntamente com Terence Ranger. Segundo Hobsbawm, a “invenção de tradições é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição”. Sendo que a utilização de elementos antigos, como a figura de Samori, na elaboração de novas tradições inventadas, como a descendência imperial de Sekou Touré, “mostra-se uma das facetas mais interessantes desse fenômeno” (HOBSBAWM, 2012, p 15).

A tradição de resistência fornecia, dessa forma, um valioso substrato simbólico para ajudar a consolidar a ideia de nação, desembocando em um uso anacrônico dos nomes de alguns dos chefes locais africanos da resistência como fundadores diretos ou indiretos de determinada nação. Esse uso abriu margem para a crítica de Steinhart ao “mito nacionalista autoritário”. Contudo, apesar do diálogo inevitável entre o pragmatismo político dos anos 1970 e 1980 de um lado e a teoria historiográfica de outro não se pode reduzir esta última à primeira. Henry A. Mwanzi é o autor que mais se esforça em demonstrar que o projeto da *HGA* não compactua com os usos e abusos do passado insurgente:

Muitas páginas já se escreveram sobre as reações africanas à penetração e à dominação coloniais no final do século XIX e começos do XX. Na sua maioria, se não na totalidade, esses trabalhos concentram-se na dicotomia entre “resistentes”, tachados obviamente de heróis, e “colaboradores”, tachados não menos evidentemente de traidores. Essa classificação é resultado das lutas nacionalistas pela independência na África e no resto do mundo. Os envolvidos nessas lutas tendiam a considerar-se herdeiros de uma longa tradição de combate, que remontava aos começos do século atual, se não a antes. Afirmava-se que a independência era uma coisa boa e que lutar por ela era natural. Em consequência, todos quantos se haviam oposto à penetração europeia na África, em defesa de sua

independência, eram heróis a serem tomados como exemplo e aos quais se devia reservar um lugar de honra na história do país que tivesse ganho a independência através da resistência à dominação colonial. Posto nestes termos, este ponto de vista é uma tentativa de utilizar critérios do presente – de utilizá-los retroativamente – na interpretação dos acontecimentos do passado. No período colonial, as autoridades referiam-se aos que resistiam como pouco atilados, e aos que colaboravam, como inteligentes. Os atuais historiadores nacionalistas da África ocidental condenam os pretensos colaboradores, especialmente os chefes e louvam os resistentes. Todavia o professor Adu Boahen observou, com justa razão, que é deformar a história da África fazer dela um conflito de “heróis” e “bandidos” (MWANZI, 2010, p. 167 – 168).

A argumentação, se dá em uma única direção, a de rejeitar em definitivo o conceito de colaboração por ser, segundo Mwanzi, herança da historiografia colonial. Para efeitos práticos ele trata os “colaboradores” como resistentes, e como a resistência é sempre vista de forma positiva, sua análise adjetiva positivamente a resistência encarando-a enquanto antecessora dos conflitos modernos de libertação nacional. A ideia de resistência da *HGA* acaba, portanto, tendo uma série de implicações paradoxais: em um momento enfatiza-se a manutenção da tradição, em outro os aspectos da modernidade; apela ao modo de como a resistência antecipou os conflitos de libertação nacional, mas também comporta a ideia de que ela mesma foi um conflito nacionalista. De fato, A *HGA* rejeita o maniqueísmo político como forma de olhar para a História da África, mas nem por isso deixa de tratar a resistência de forma politizada.

Considerações finais

De acordo com o que foi discutido ao longo desse trabalho é possível concluir que a resistência ao colonialismo se configurou nessa historiografia atuante na *HGA* como um termo polissêmico, empregado por isso mesmo como sinônimo de muitos outros: rebeliões, insurgências, *siasa*, protestos, etc. Há na *HGA* uma diversificação de impressões sobre a resistência. Essa diversificação não suprime o consenso terminológico, mas cria um profundo dissenso epistêmico. Retornando aos termos em que sustentamos a análise: é possível afirmar que várias vozes habitam a *HGA* e tentam conceituar a resistência, ocorrendo uma verdadeira polifonia conceitual.

O caráter polifônico é acompanhado não contraditoriamente por uma monofonia terminológica, qual seja: resistência é sempre a palavra comum das análises, o que muda é o seu conteúdo teórico-conceitual. Tal fato acaba obliterando o próprio sentido que deve ter a ideia de resistência e suas implicações práticas no trabalho historiográfico. Apesar do largo

uso que tinha o termo, ele não foi, de fato, sistematizado de maneira a construir um consenso epistemológico mínimo. Assim, “resistência” foi se tornando cada vez mais uma definição vaga que denotava qualquer tipo de empreitada anticolonial, qualquer reação gerada pelo capitalismo, ou mesmo um axioma geral que, como tal, não mais precisaria ser comprovado.

Subjacente à revolução semântica que o emprego da nova palavra implicaria, persistiam os binômios coloniais. Apesar disso, e de uma parcela significativa da historiografia especializada sequer utilizar mais a ideia de resistência tal como aparece na *HGA*, esse estudo defende que o vocábulo não deve ser abandonado, apesar de merecer uma releitura e mesmo uma redefinição, tornando sua concepção mais fluente e teoricamente sistematizada, bem como sua utilização empírica mais dialética e auto-questionadora.

Referências

ABBINK, Jon; WALRAVEN, Klass van; BRUJIN, Mirjam de. (Ed.). **A propósito de resistir. Repensar la insurgencia en Africa**. Barcelona: Oozebap, 2008.

ACHEBE, Chinua. **O mundo se despedaça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer*. **O poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

ALPERN, Stanley B. **Amazons of Black Sparta. The woman warriors of Dahomey**. New York: New York U. P., 1998.

AMIN, Samir. Underdevelopment and Dependence in Black Africa: Historical Origin. **Journal of Peace Research**, v. 9, n. 2. London: Sage Publications, 1972, p. 105-122.

ATIENO, Elisha Stephen. Política e nacionalismo na África oriental, 1919 – 1935. In: BOAHEN, Albert Adu. (Ed.). **História Geral da África, VII. África sob dominação colonial**. Brasília: UNESCO, 2010.

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BARBOSA, Muryatan Santana. **A África por ela mesma. A perspectiva africana na História Geral da África (UNESCO)**. Tese (Doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2012.

BARROS, José D’assunção. **Teoria da História, IV. Acordes historiográficos**. Petrópolis: Vozes, 2011.

BOAHEN, Albert Adu. (Ed.). **História Geral da África, VII. África sob dominação colonial**. Brasília: UNESCO, 2010.

BRUNSCHWIG, Henri. De la résistance africaine à l'impérialisme européen. **The Journal of African History**, vol. 15, n. 1. London: Cambridge University Press, 1974.

COOPER, Frederick. Conflito e conexão: repensando a história colonial da África. **Anos 90**, vol. 15, n. 27. Porto Alegre: Gráfica UFRGS, 2008.

COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. A economia colonial das antigas zonas francesas, belgas e portuguesas (1914 - 1935). In: BOAHEN, Albert Adu. (Ed.). **História Geral da África, VII. África sob dominação colonial**. Brasília: UNESCO, 2010.

DAVIDSON, Basil; ISAACMAN, Allen; PÉLISSIER, René. Política e nacionalismo nas Áfricas central e meridional. In: BOAHEN, Albert Adu. (Ed.). **História Geral da África, VII. África sob dominação colonial**. Brasília: UNESCO, 2010.

DIOP, Majhemout; MARGARIDO, Alfredo; et all. A África tropical e a África equatorial sob o domínio francês, espanhol e português. In: MAZRUI, Ali; WONDJI, C. (Ed.). **História Geral da África, VIII. África desde 1935**. São Paulo: Cortez, 2012.

FANON, Frantz. Les Damnés de la Terre. In: Id. **Oeuvres**. Paris: La Découverte, 2010.

FASI, Mohammed El; HRBEK, I. (Ed.). **História Geral da África, III. África do século VII ao XI**. São Paulo: Cortez, 2012.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método, I. Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. Petrópolis: Editora Universitária São Francisco/Vozes, 2007.

GUEYE, M'Baye; BOAHEN, Albert Adu. Iniciativas e resistência africanas na África ocidental, 1880-1914. In: BOAHEN, Albert Adu. (Ed.). **História Geral da África, VII. África sob dominação colonial**. Brasília: UNESCO, 2010.

HOBBSAWM, Eric. Introdução: A Invenção das Tradições. In: HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. (Org.). **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

ISAACMAN, Allen. **A Tradição de resistência em Moçambique. O Vale do Zambeze, 1850-1921**. Porto: Afrontamento, 1979.

ISAACMAN, Allen; VANSINA, Jan. Iniciativas e resistências africanas na África central, 1880 – 1914. In: BOAHEN, Albert Adu. (Ed.). **História Geral da África, VII. África sob dominação colonial**. Brasília: UNESCO, 2010.

KANIKI, Martin H. U. A economia colonial: as antigas zonas britânicas. In: BOAHEN, Albert Adu. (Ed.). **História Geral da África, VII. África sob dominação colonial**. Brasília: UNESCO, 2010.

- MANDELA, Nelson. **No easy walk to Freedom**. Heinemann: Portsmouth N. H, 1965.
- MAZRUI, Ali; WONDJI, C. (Ed.). **História Geral da África, VIII. África desde 1935**. São Paulo: Cortez, 2012.
- MWANZI, Henry A. Iniciativas e resistência africanas na África oriental, 1880-1914. In: BOAHEN, Albert Adu. (Ed.). **História Geral da África, VII. África sob dominação colonial**. Brasília: UNESCO, 2010.
- MOKHTAR, Gamal. (Ed.). **História Geral da África, II. África Antiga**. São Paulo: Cortez, 2012.
- MONDLANE, Eduardo. Resistência – A procura de um movimento nacional. In: SANCHES, Manuela Ribeiro. (Org.). **Malhas que os Impérios tecem. Textos anticoloniais, contextos pós-coloniais**. Lisboa: Ed. 70, 2011.
- NASSER, Gamal Abdel. A Filosofia da Revolução. In: Id. NASSER, Gamal Abdel. **A Revolução no mundo árabe**. São Paulo: Edarli, 1963.
- NORMAN, Leys. **Kenya**. Londres: The Hogarth Press, 1924.
- PATTE, Richard. **Portugal na África contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora PUC- RJ, 1961.
- KAKÉ, Ibrahima Baba. **Sékou Touré, le héros et le tyran**. Paris: Jeune Afrique, 1987.
- KI-ZERBO, Joseph. Introdução. In: Id. (Ed.). **História Geral da África, I. Metodologia e Pré-História da África**. Brasília: UNESCO, 2010.
- RABELLO, Belkiss J. Correspondência entre L. N. Tolstói e M. K. Gandhi. **Cadernos de Literatura em Tradução**, vol. I, n. 9. São Paulo: Edusp, 2008.
- RANGER, Terence. Connexions between “Primary Resistance” movements and Modern Nationalism in East and Central Africa. Part I. **Journal of African History**, vol. IX, n. 3. London: Cambridge University Press, 1968.
- RANGER, Terence O. Iniciativas e resistência africanas em face da partilha e da conquista. In: BOAHEN, Albert Adu. **História Geral da África, VII. África sob dominação colonial**. Brasília: UNESCO, 2010.
- RODNEY, Walter. A economia colonial. In: BOAHEN, Albert Adu. (Ed.). **História Geral da África, VII. África sob dominação colonial**. Brasília: UNESCO, 2010.
- SADIE, Stanley. **Dicionário Grove de Música**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- SILVA, Alberto da Costa e. A *Jihad* do Futa Jalom. In: RIBEIRO, Alexandre; GEBARA, Alexandre; BITTENCOURT, Marcelo (Org.). **África Passado e Presente. II Encontro de Estudos Africanos da UFF**. Niteroi: Editora PPGH – UFF, 2010.

STEINHART, Edward. The Nyangire rebellion of 1907: anti-colonial protest and the nationalism myth. In: MADDOX, Gregory. (Ed.). **Conquest and resistance to colonialism in Africa**. New York/London: Garland Publishing, 1993.

SURET-CANALE, Jean; BOAHEN, Albert Adu. A África Ocidental. In: MAZRUI, Ali; WONDJI, C. (Ed.). **História Geral da África, VIII. África desde 1935**. São Paulo: Cortez, 2012.

UNESCO. **Septieme reunion du bureau du Comite Scientifique International pour la redaction d'une Histoire Generale de L'Afrique**. Paris, 18 – 29 de julho de 1977. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0003/000324/032484ed.pdf>>. Acessado em: 06 set. 2013.

UZOIGWE, Godfrey N. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral. In: BOAHEN, Albert Adu. (Ed.). **História Geral da África, VII. África sob dominação colonial**. Brasília: UNESCO, 2010.

VAIL, Leroy; WHITE, Landeg. Forms of resistance: songs and perceptions of power in colonial Mozambique. In: CRUMMEY, Donald. (Ed.). **Banditry, Rebellion and Social Protest in Africa**. London: James Currey/Heinemann: Portsmouth N. H, 1986.

WESSELING, H. L. **Dividir para dominar. A partilha da África, 1880-1914**. Rio de Janeiro: Revan/Ed. UFRJ, 2008.

ŽIŽEK, Slavoj. **Em defesa das causas perdidas**. São Paulo: Boitempo, 2009.